



CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI ORDINÁRIA Nº 2470/2001

Ementa

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DIRETOR SUPERINTENDENTE DAS AUTARQUIAS MUNICIPAIS.

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

20/06/2001

Status de Vigência

Em vigor

Histórico de Alterações

Data da Norma

Norma Relacionada

Efeito da Norma Relacionada

20/01/2005

[Lei Ordinária nº 2778/2005](#)

Alterada por

10/02/2010

[Lei Ordinária nº 3349/2010](#)

Alterada por

10/02/2010

[Lei Ordinária nº 3349/2010](#)

Revogada parcialmente por

25/01/2013

[Lei Complementar nº 62/2013](#)

Alterada por

25/01/2013

[Lei Complementar nº 62/2013](#)

Revogada parcialmente por

**Dispõe sobre a criação de cargos de
Diretor Superintendente das Autarquias
Municipais.**

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei
Orgânica do Município, e os termos da resolução nº 2.544, da Câmara
Municipal, promulga a seguinte lei:

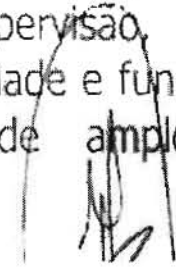
Art. 1º - Fica criado no Quadro Permanente de
Servidores da Autarquia – Serviço Autônomo Municipal de Saúde - criado
pela Lei nº 1.594/88, o cargo de provimento em comissão, regido pelo
Estatuto dos Servidores Municipais, vinculado ao INSS, como segue:

Quant.	Nomenclatura	Ref.	Valor R\$
01	Diretor Superintendente	IV (quatro romano)	2.200,00

Art. 2º - Fica criado no Quadro Permanente de
Servidores da Autarquia – Serviço Autônomo de Água e Esgoto - criado
pela Lei 902/69, o cargo de provimento em comissão, regido pelo Estatuto
dos Servidores Municipais, vinculado ao INSS, como segue:

Quant.	Nomenclatura	Ref.	Valor R\$
01	Diretor Superintendente	IV (quatro romano)	2.200,00

Art. 3º - São atribuições dos Diretores
Superintendentes a direção, inspeção, supervisão, planejamento,
coordenação, a nível superior de toda a organicidade e funcionamento das
autarquias, propiciando-lhes as condições de amplo e irrestrito
desenvolvimento.



Art. 4º - Os Diretores Superintendentes são auxiliares diretos e imediatos do Prefeito Municipal, responsabilizando-se pela execução orçamentária e demais atos inerentes, na forma da lei.

Parágrafo Único - Os Diretores Superintendentes prestarão contas de todos os atos administrativos perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sofrendo também a fiscalização da Câmara Municipal, na forma da lei.


Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação própria do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



FLORISVALDO ANTÔNIO FIORENTINO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração da P.M., em 20 de junho de 2001.



MARIETTE BELA CARDOSO
Chefe do Deptº de Protocolo e Arquivo